

Crítica da necessidade - Necessidade e valor: a inversão

Atanásio Mykonios¹

Resumo: No âmbito do que denominamos crítica da necessidade, este artigo visa à justificativa da crítica, bem como o aprofundamento do conceito de necessidade, examinando sua dimensão como mediadora das relações e sua condição no modo capitalista. A necessidade revela a mediação entre homem e natureza, apresenta-se como processo. Na estrutura social do capitalismo, a necessidade foi substituída pela mercadoria. Com isto, o fetiche da mercadoria inverteu a noção das necessidades e o valor tornou-se o elemento que perpassa todas as formações sociais.

Palavras-chave: Necessidade, inversão, mediação, mercadoria, valor.

Abstract: In the scope of what we call critical of the necessity, this article aims at to the justification of the critical one, as well as the deepening of the concept of necessity, the examination of its dimension as mediating of the relations and its condition in the capitalist way. The necessity discloses the mediation between man and nature, is presented as process. In the social structure of the capitalism, the necessity was substituted by the merchandise. With this, fetich of the merchandise inverted the notion of the necessities and the value became the element that pass by all the social formations.

Keywords: Necessity, inversion, mediation, merchandise, value

A importância da crítica da necessidade

Sabemos que o homem está para a natureza devido à necessidade, configurando-se esta como o processo mediador da relação entre o homem e seu mundo.

Para uma crítica da necessidade, nos moldes da teoria marxiana do valor, a composição entre teoria e observação das relações sociais, estabelecidas a partir

¹ Prof. Mestre em Filosofia Social. Membro do Grupo Crítica Social.

das formas trabalho, valor e mercadoria, balizam as questões aventadas como condicionantes da produção, uma vez que é necessário vislumbrar “um novo modo de produção e um novo objeto de produção” (MARX, 1967, p. 127). A teoria do valor é o pressuposto que sustenta as realizações teóricas da pesquisa acerca da necessidade enquanto processo, no sentido de sua compreensão dialética, cuja importância se destaca no capitalismo, modelo hegemônico, cindindo o homem de sua totalidade e de sua realização.

Não se trata de abordar a necessidade sob o aspecto de uma ética do consumo, mesmo que seja importante no contexto do capitalismo e de suas contínuas crises. O aprofundamento dessa questão nos leva a considerar aspectos mais sutis relacionados ao modo pelo qual a sociedade da mercadoria estabelece a inversão dos processos de mediação entre o homem e a natureza. Um aspecto relevante na teoria do valor expressa a inversão da posição dos seres humanos, que se tornam portadores e criaturas de algo que não conseguem distinguir com clareza:

Na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes das condições de trabalho (entre as quais se contam também, para além das condições objetivas do processo de produção – ou seja, os meios de produção – as condições objetivas da manutenção e da eficácia da força de trabalho, quer dizer, os meios de subsistência). [MARX, 1975, p. 43].

Trata-se, portanto, de abstrações que dominam o homem. Ou o que Marx denomina de fetiche da mercadoria. Os indivíduos passam a ser controlados por relações impostas pela mercadoria e, simultaneamente, permanecem incapazes de adquirir consciência do processo de inversão e alienação a que estão submetidos, pois se sentem acima da relação e do fetiche, autônomos e senhores do processo. Ou seja, entre a produção do valor e a mercadoria, os indivíduos julgam-se, eles mesmos, mediadores da relação.

Nesse contexto, a mercadoria não aparece sequer como elemento portador do fetiche, sendo percebido apenas o seu valor de uso. E é para assegurar a aquisição das mercadorias pelos indivíduos que o trabalho passa a ser um dado fundamental e adquire aspecto ontológico.

A necessidade, quando submetida a uma crítica cujos objetivos restrinjam-se a criar mecanismos de compensação material em favor dos mais pobres e a elaborar políticas voltadas ao distributivismo, baseia-se na consciência, engendrada pelo

capitalismo, de que a necessidade está subsumida pelo valor: a necessidade primeira é o dinheiro.

Ora, é preciso compreender a necessidade como problema universal, em virtude das grandes e importantes questões que colocam em risco a vida humana, como os da esfera da produção, a escassez de recursos e a expansão lógica do sistema, que atingiu a totalidade das relações sociais e tornou-se uma meta-cultura que intenta submeter as culturas numa realidade homogênea, na qual as reais necessidades se transformam em necessidades da mercadoria, assumidas pela forma-valor.

Depois de determinar a duplicidade do trabalho que se cristaliza na forma mercadoria e revelar as metamorfoses do valor, que historicamente se concretizam pela produção mercantil, Marx questiona por que esta produção engendra uma *ambiência mística* que envolve os produtos do trabalho e impede o seu reconhecimento como produtos e formas *sociais*. (NETO, 1981, p. 40)

Aprofunda-se a alienação universal do homem, em aparente liberdade social para consumir e satisfazer suas necessidades; autonomia dos sujeitos atomizados, enclausurados na redoma da reprodução social do sistema. Esta forma de vida criou uma espécie de mito soberano, intocável, o deus que regula e paira sobre as cabeças humanas: a mercadoria.

As contradições internas engendram no capitalismo o germe da crise (curiosamente, uma fórmula simples $D - M - D'$ expressa a crise permanente, valorização do valor, a definição mais acabada de mais-valia). Elementos externos, como a natureza, impõem limites incompreensíveis aos portadores do fetiche, pois estão obrigados a manterem a lógica, como ontologia necessária à própria sobrevivência do capitalismo.

O fundamento da Necessidade: processo, mediação, utilidade

A necessidade primordial é manter a vida. A vida é o dado primeiro do homem e como tal, as relações humanas terão de mantê-la como objetivo, princípio e fim. A necessidade está ligada à natureza, mas é na ordem coletiva que o homem permanece vivo. A vida humana deve ser mantida. É esta a função social, tanto da atividade relacional com a natureza, quanto das forças de produção ao longo da história. Podemos compreender a necessidade como um processo histórico e, por conseguinte, dialético e seu produto objetivo é o que Marx denominou como trabalho.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1989, p. 50)

A conseqüência vital no processo da necessidade é a transformação da natureza. Para satisfazer as necessidades, até mesmo espirituais e simbólicas, o homem deve intervir no mundo natural. Quanto às necessidades primitivas, as sociedades humanas não permaneceram nos mesmos patamares, reformulam dialeticamente sob novos horizontes a própria necessidade. No desenvolvimento material e simbólico das culturas, a complexidade desse processo é paralela à diversidade das necessidades sociais; logo, as necessidades humanas não se localizam fora de seu contexto objetivo. A vida é reproduzida socialmente pela satisfação das necessidades e a resposta dada a cada e qual problema é estabelecida no processo objetivo do homem com seu meio.

O homem está na relação, importa determinar a mediação que a garante. Ele só se faz e se realiza na relação com a natureza porque há entre ambos a necessidade que os aproxima e o leva a encontrar-se com a aquela em sua totalidade. Este processo não se realiza sem conseqüências para ambos. Para a natureza, a conseqüência marcante é a transformação contínua, a exploração e o arrancar do que ao homem é imprescindível. Por seu lado, o homem é influenciado por esta intervenção em todos os seus aspectos constitutivos.

Nessa relação, a necessidade é o elemento mediático, mas este pode assumir muitos significados, inclusive no sentido do fetiche, já que a compreensão de tal fundamento pode não estar clara em seu aspecto histórico. Historicamente, apenas é possível compreendê-lo como um fundamento, resvalando-se até mesmo em considerações puramente metafísicas, já que ao afirmar que a necessidade media a relação ou que ontologicamente é o seu ser, podemos cair numa ontologia sem fundamento, uma metafísica que circula apenas em campos abstratos.

Porém, nas relações marcadas pelo fetiche do valor, a necessidade foi substituída por outra categoria de mediação: a mercadoria. O homem contemporâneo crê ser o condutor das relações, mediador supremo do processo. A segunda conseqüência desse processo de alienação resulta em que o homem cindido, abstraído de suas reais condições, emerge como senhor e condutor do processo social da mercadoria e adquire uma imagem invertida de sua posição; acredita que tudo que diz respeito à sua relação com as mercadorias é controlado por si mesmo, e que sua força, inteligência,

capacidade de decisão e estatura moral lhe garantem as condições para controlar o processo.

A satisfação da necessidade não acontece sem que antes um processo se realize. Que processo é este? As necessidades humanas só se apresentam em um contexto de relações, implicando o confronto destas com o mundo concreto, que oferece o que é possível, determinando as condições em que as necessidades serão satisfeitas. Cabe ao homem encontrar meios para satisfazer o conjunto das suas necessidades, enquanto processo. A cada contexto, a realidade oferece ao homem as novas necessidades.

Por ser mediação, a necessidade diz respeito ao homem e à natureza, esta lhe oferecerá as condições para satisfazer àquela. A realidade é o substrato que garante o processo, nela estão o homem e a natureza e ao homem é dado o problema: vida e sua proteção. Para suprir a insuficiência, cria instrumentos e objetos, dando-lhes significados, “Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana” (MARX, 1989, p. 41-42).

Os instrumentos não surgem ao acaso, mas no cenário da experiência; e cada criação determinada obedece a um conjunto de situações. À sua vez, aquilo que é criado é a expressão da memória, das possibilidades, do imediato, da experiência.

Ele não é capaz de criar uma vara de pescar em um ambiente onde não há rios, peixes, etc. Cada instrumento surge não apenas para satisfazer a um homem, mas também a uma ordem social. Todos os meios-instrumentos surgem intrinsecamente no processo concreto que implica, em si e por si, relações.

Portanto, cada objeto é portador de uma utilidade, um valor-útil. Tal é assimilado pelo homem em seu âmbito social, incorporando-se aos valores sociais a tal ponto que se tem a impressão de que a vida não pode mais prescindir daquele instrumento, como se fosse parte intrínseca da existência humana. O coletivo é identificado culturalmente por este processo de assimilação, uma metafísica real é instituída.

Nos períodos pré-capitalistas, as necessidades e os meios para satisfazê-las compreendiam um raio de atuação e realização restrito às condições e possibilidades do contexto social. Nestes tempos, o homem não tinha a capacidade de prever necessidades em perspectiva. Hoje, a sociedade lhe oferece as possibilidades reais para prever e calcular necessidades e respectivas soluções. Em qualquer período, no entanto, a cultura é a guardiã dos instrumentos e dos objetos de uso, a utilidade ganha conteúdo lingüístico que permeia as camadas sociais em graus de qualidade

diferenciados. A comunicação entre indivíduos e as gerações se faz pela transmissão do conhecimento adquirido na elaboração e manipulação dos conteúdos simbólicos de cada instrumento. Neste processo, a sociedade observa a si mesma e elabora os mecanismos de superação de sua condição atual, que é dialeticamente a soma dos processos anteriores, como culminância histórica.

A técnica é o elemento em cujo patrimônio reside a memória social, tal como expressa em cada invenção. Torna-se patrimônio da cultura e o coletivo social amolda sua identidade na relação com os instrumentos. O valor de uso é então a manifestação da própria cultura ao mesmo tempo em que a reproduz, pois assume caráter atávico. É dessa forma que a utilidade garante a passagem histórica do grupo social, os instrumentos são portadores da utilidade, sem a qual a sociedade não sobreviveria.

O processo da necessidade no capitalismo

A mercadoria como expressão do valor e da própria valorização tem uma base real, no uso impresso dos objetos, nas coisas, inclusive nos componentes simbólicos. É no concreto das relações e do que emerge destas que a necessidade é atualizada, sem deixar de considerar o que o homem descobriu em sua histórica composição com o meio. Portanto, necessidades, em quaisquer circunstâncias, têm sentido concreto na medida em que se apresentam na relação, mesmo que esta aponte para a mercadoria.

Somente o hábito da vida cotidiana faz considerar banal e como evidente o fato de uma relação social de produção tomar a forma de um objeto, dando às relações entre as pessoas no seu trabalho o aspecto de uma relação que se estabelece entre as coisas e entre estas coisas e as pessoas. Esta mistificação é ainda mais simples na mercadoria. (MARX, 2003, p. 20)

A necessidade atual está vinculada às condições históricas de produção do capital, que coloca os indivíduos numa aparente liberdade, pois suas necessidades estão determinadas pelas formas de produção do valor: “Onde quer que haja carência, necessidade e precisão, surge um proprietário de mercadorias” (HAUG, 1997, p. 27); e pelas decisões do que se produz, abstraídas da capacidade do indivíduo em decidir sobre si mesmo. Neste caso, o contexto subjetivo da mercadoria dá ao indivíduo a impressão de que é livre, impedindo-o de perceber que está submetido a um conjunto de fatores que o condicionam e o adestram à produção da forma-valor. Nem ao sujeito singular nem à estrutura de classe é facultado o poder de suprimir as forças de produção

de valor, que se tornaram indiferentes e universais, como afirma Marx (1999, p. 80-81), “Uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra que os indivíduos de uma classe não podem superar *en masse* tais relações, nem têm condições de suprimi-las”.

Para entender a necessidade no capitalismo é preciso saber que as relações sociais de consumo e em especial as de produção estão em total dependência. É possível a um indivíduo libertar-se do processo sendo excluído das relações de troca, mas enquanto membro de um grupo ou classe, sua emancipação é impossível, pois a dependência entre todas as instâncias do capitalismo é a articulação que garante o sistema em si, pois, ainda segundo Marx (1999, p. 80-81), “Um indivíduo isolado pode fazer isso, mas tal não ocorre com a massa dos que são dominados por elas, já que sua permanência expressa a necessária subordinação dos indivíduos a suas próprias relações”.

A necessidade social das classes reverte-se nos processos de produção, uma vez que, para consumir, cada classe de produtores deve cumprir seu papel no cômputo geral, mas a satisfação de suas necessidades particulares está submetida à dependência geral estipulada pelo próprio sistema.

O sistema oferece ao indivíduo a liberdade quando tem em sua posse o equivalente geral para satisfazer necessidades e autonomia, que não depende de tempo para adquirir o que lhe é necessário, ou seja, o poder de escolher o momento de adquirir qualquer objeto, até mesmo os de necessidade premente. Não importa ao indivíduo consumidor a ordem do processo histórico de produção ou as condições em que o produto foi fabricado, pois segundo Haug (1997, p. 23), “a necessidade não possuidora de um precisa coincidir com a posse não necessária do outro. Alguém que possui o que eu preciso, mas não precisa do que eu possuo, não vai se interessar pela troca”.

Na atualidade, alguns fatores impõem uma suposta ética e um aparente compromisso do comprador, como a recusa de consumir produtos politicamente incorretos (ecologicamente duvidosos, de origem ou vinculados a exploração de mão-de-obra escrava). Todavia, as necessidades atuais são produto de uma história, dizem respeito à forma como o capitalismo se espalhou pela sociedade global, criando relações cada vez mais dependentes e fetichizadas; e ambos os pólos dessa contradição permanecem no mesmo campo do fetiche:

O capitalista só funciona enquanto capital personificado, [o capitalista] é o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como trabalho personificado, [trabalho] que a ele pertence como suplicio, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e incrementadora de riqueza (MARX, 1975, p. 44).

A inversão do modo burguês de relação social cria uma falsa autonomia. Em períodos pré-capitalistas, o indivíduo estava preso a relações objetivas e sem qualquer autonomia; agora, as necessidades podem ser satisfeitas se o consumidor tiver acesso seguro aos produtos. Uma liberdade que mais parece um mito, sem vínculo histórico ou consciência histórica dos elementos que constituem a sua própria condição.

Em se tratando de um possível fenômeno particularizado, o indivíduo se vê diante da mercadoria como quem imagina estar diante de um objeto de uso, um valor como qualquer outro, que deve ser respeitado, como: “A forma mercantil como forma universal, mesmo quando considerada por si só, exibe uma imagem diferente do que como fenômeno particular, isolado e não dominante”(LUKÁCS, 2003, p. 196-197). Não consegue perceber a função da mercadoria em sua vida particular. Em outro aspecto dessa realidade contraditória, o capitalismo iguala os fragmentos e os distancia ainda mais, porque cada um deve prover a si, no mundo da indiferença, cuja referência parece ficar fora do foco.

A mediação invertida

No capitalismo, a necessidade é mediada pela mercadoria, pelo valor de troca, que deve se realizar em duas etapas, no processo de produção e no de troca. Não é possível encontrar o valor de uma mercadoria apenas determinando seu preço, há um fantasma que a envolve: o valor é este espírito que perpassa todas as relações econômicas, que avança para o interior da estrutura social, para dentro das formações culturais.

O capitalismo criou a negação ao processo da necessidade, negação do ponto de vista hegeliano, isto é, a mercadoria nega a necessidade como processo, esta assume o poder de mediar a relação entre homem e natureza. A segunda negação é a consequência da alienação criada pela mercadoria, a inversão radical, na qual a consciência de um modo de pensar burguês imagina ser o indivíduo portador do poder da mediação. O sujeito social sente-se investido do poder de mediar a relação entre trabalho e mercadoria, imaginando-se autônomo em todos os aspectos relativo à cisão

provocada pelo valor.

As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos (MARX, 2003, p. 6).

O processo da necessidade se inverte: é o valor que estabelece a mediação, a necessidade deixa de mediar as relações entre homem e natureza, mas é mediada pelo valor; como sujeito anônimo, invisivelmente incorporado nas estruturas ontológicas do valor de uso. Embora a dupla negação obedeça à estrutura hegeliana, não quer dizer que se trate exatamente de um processo triádico. A unidade é garantida pelo valor. Por isto o sistema capitalista encontrará sempre sua negação. Em seu interior, encontram-se contradições, porém, o elemento externo pode ser observado na relação, salientado por Fausto (1997, p. 76): “Na realidade, a suposição de que na relação só se revela o que existe fora dela é no caso presente correta, só que a leitura fetichista supõe que o que existe fora da relação e se reflete nela é uma determinação natural”.

As inversões internas como expressão da mercadoria e dos sujeitos que se tornaram aparentemente mediadores, são momentos do processo, em constante mutação. Na contra-adição, a realidade imediata é o conjunto de partes agora unidas pelo valor, condição de existência, daí a necessidade, no capitalismo, ser em si contraditória. Assim, o processo dialético não pode ser apreendido no sentido de uma postura passiva, como que a esperar que o processo se realize por si em um determinismo.

Marx é o primeiro pensador que analisa o capitalismo do ponto de vista dialético. Seu interior é dialético e contraditório. Em que sentido pode-se compreender esta visão acerca do capitalismo? É necessário nos remetermos ao modo hegeliano de interpretar a realidade, num sentido em que esta contém em sua forma imediata a totalidade e as partes e nesta contra-adição, a alienação se manifesta nas partes.

Ao observar o capitalismo, que fragmenta as relações sociais, Marx percebe com nitidez o modo pelo qual os indivíduos estão em constante cisão devido a que as partes se manifestam exclusivamente nas relações concretas e passam a ser portadoras de uma autonomia, pois parece haver aí a realização dos sujeitos sociais. O fato é que na lógica da mercadoria, sua realização é subjetiva, isto é, fala para cada indivíduo de maneira particular, há como que um diálogo pessoal e intransferível entre a mercadoria

e o comprador. Este fato revela que as partes fluem e manifestam-se como a única realidade a ser experimentada.

A realidade entre o todo e as partes não é compreendida de modo dialético pelos indivíduos, como contra-adição, justamente porque a fragmentação do processo do capital (trabalho, valor, mercadoria), manifesta sua face perversa: o fetiche. A relação social não é entendida historicamente, cada qual a seu modo se vê como protagonista de um processo que o aliena cada vez mais.

Estando os indivíduos fragmentados, a necessidade assume caráter eminentemente pessoal (singular) e esta personalização se reflete na produção e no fato de que não se adquire, por meio desta relação invertida, a consciência de que a necessidade é constituída pelo seu caráter dialético: mediação. A mercadoria só é o que é na medida em que determina o elo entre indivíduos - é necessário que haja a consubstanciação de algo que lhe sirva como equivalente de valor no meio social. Mas ao não perceber a contra-adição, o homem não percebe que a necessidade não se revela apenas para si ou para um grupo, a totalidade se mostra presente e seu estatuto é tão importante quanto as partes.

O que dizer da necessidade em termos sociais? Seria possível esperar que a consciência acerca das necessidades fosse adquirida em um contexto totalmente cindido? Horkheimer (1990, p. 63) nos diz da condição da sociedade burguesa, a singularidade que envolve as relações entre indivíduos e a mercadoria:

O todo social vive pelo desencadeamento dos instintos de propriedade de todos os indivíduos. Enquanto eles se preocupam com ganho, manutenção e aumento dos próprios bens, ele se mantém. (...) Já que, dessa forma, ele produz necessariamente o que outros precisam, impõem-se as necessidades da comunidade, por meio das atividades aparentemente autônomas e úteis ao próprio bem-estar.

A aparente autonomia das atividades esconde o problema das determinações da necessidade, atuando no emaranhado dos objetos socialmente produzidos em favor do bem-estar.

Comentários Finais

Como se processa a inversão da mediação? A necessidade é o elemento mediador entre homem e natureza, e o capitalismo inaugurou a inversão, tirando de suas mãos a capacidade de fazer seu destino, este poder é dado à mercadoria. A

inversão da inversão implica dois aspectos a serem tratados pela crítica da necessidade e que estão em relação e dependência dialética. De um lado, os modos de produção e a geração do valor como substrato da sociedade das mercadorias e, de outro, as inversões que dão a face fantasmagórica da necessidade.

Portanto, quem determina a necessidade é o valor e, por conseguinte, a mercadoria. Esta se tornou um termo técnico e pouco usual no cotidiano, os indivíduos não se dão conta de que ela carrega consigo o poder de esconder a face verdadeira do valor, deixando transparecer o valor de uso e o trabalho que se tornou o fundamento moral dos indivíduos.

Quando os indivíduos se situam como mediadores das relações da necessidade, que mecanismo propicia a que os indivíduos se tornem portadores de um poder que na realidade não possuem?

Por fim, a necessidade como processo dialético e não como elemento estanque, implicando a sua satisfação em sentido universal, esvaziando as condições concretas do contexto em que o homem se situa ou, o sistema vigente que serve para cumprir o papel de responder às necessidades, que é o capitalismo.

O mundo concreto é o das regras do capitalismo. Por mais que a força das análises de Marx nos dê uma compreensão da realidade, uma mínima observação pode nos oferecer elementos ainda mais contundentes quanto às afirmações que largamente são por nós conhecidas no âmbito das consequências para os indivíduos, do processo social da mercadoria, do trabalho abstrato e do valor. Expressam um modo de ser que se aprofundou, expandiu e se transformou em linguagem comum entre todos os homens e mulheres submetidos ao modo capitalista de viver e relacionar-se com a natureza.

Um aspecto importante é que de maneira geral a noção do trabalho como fonte moral da vida é necessidade de ascensão ao mundo das mercadorias. Sua abstração não é compreendida pelos indivíduos, mas eles a reproduzem como portadores desse modo de viver. Além disto, eles parecem portar a noção de que não se sentem submetidos, a não ser como portadores de necessidades que devem ser satisfeitas pela forma do valor de uso.

Os indivíduos se sentem senhores e autônomos do processo como os verdadeiros mediadores da relação entre trabalho e mercadoria. A inversão garante a reificação do capitalismo e atinge todas as formas de relação na sociedade, inclusive a comunicação, a linguagem, e as instituições sociais.

O mecanismo do fetichismo, próprio da produção mercantil e que se deixa surpreender com a sua universalização, responde, pois, por um modo de emergência, de aparição, de objetividade imediata do ser social que o inverte: fá-lo aparecer como facticidade – o que é a relação social se mostra relação objetual. (NETTO, 1981, p. 41)

A naturalização dessa espécie de relação incinera a história, arranca o ser humano de suas possibilidades de realização e, radicalmente, transfere para um nível de consciência a necessidade de agir sem se dar conta de que há uma mediação criada pelos homens.

Se as leis do capitalismo estão postas e se o fetiche da mercadoria e a síndrome do valor encabeçam as conclusões, e se, de outro lado, o processo evoluiu em quantidade, contudo permanece o mesmo, no que tange às suas conseqüências de alienação e reificação. E se, mais ditosamente, podemos mesmo considerar que as forças historicamente impulsionadas para tensionar o capitalismo o reproduziram, em que medida toda evolução social e intelectual foi capaz de barrar essa alienação?

Permanece a questão: como superar essa forma de alienação e o fetiche sendo os indivíduos portadores, porta-vozes e, de modo invertido, terem a noção de que tudo substancialmente deriva de sua vontade, como mediadores das próprias relações sociais? A necessidade fica ainda mais apagada nesse intrincado jogo, pois como afirma Marx (1989, p. 83), “O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social”. Fica evidente que nas análises acerca do fetiche da mercadoria, o próprio Marx se mostra perplexo e ao mesmo tempo fascinado com o seu poder fantasmagórico, colocado como meio invisível pelo qual os indivíduos são guiados, ocultando aquilo que provoca o fetiche, notadamente a alienação.

O valor coloca o problema em circunstâncias tais que as determinações da necessidade extrapolam as condições originais de privação, atuando no emaranhado dos objetos socialmente produzidos. Portanto, o valor determina a necessidade.

Bibliografia

FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997 (Oficina de Filosofia).

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria*. Tradução Erlon José Paschoal. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997 (Biblioteca Básica).

- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I: uma documentação*. Tradução Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990 (Estudos: 77).
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Tópicos).
- MARX, Karl. *Capítulo inédito d'o Capital: resultados do processo de produção imediato*. 1863. Tradução M. Antonio Ribeiro. Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1975 (Biblioteca Ciência e Sociedade).
- _____. “Trabalho alienado. Manuscritos Econômicos e Filosóficos”. Tradução T. B. Bottomore. In FROMM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. Tradução Octavio Alves Velho. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Volume I. 13. ed., Tradução Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 3^a ed. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Coleção Clássicos).
- _____. *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie. A Contribution to the Critique of Political Economy (1859)*. Tradução S. W. Ryazanskaya. Transcrito por Tim Delaney, 1999 (Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1844-epm/index.htm>. Acessado em 15 de janeiro de 2008).
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.